

JUSTIFICATIVA PARA A NÃO ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O artigo 14 da Instrução Normativa SEGES n. 58, de 8 de agosto de 2022, estabelece que é facultada a elaboração do Estudo Técnico Preliminar nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei n. 14.133/2021.

No caso concreto, verifica-se que a contratação pretendida, na forma do inciso VIII do art. 75 da Lei n. 14.133/2021, enquadra-se em situação que autoriza a dispensa da elaboração formal do ETP, considerando tratar-se de serviço comum e padronizado no mercado. A votação eletrônica pretendida constitui solução tecnológica consolidada, largamente utilizada por diversos órgãos públicos e entidades privadas, com especificações técnicas objetivas e conhecidas pela Administração.

Ademais, o histórico de contratações anteriores realizadas pelo CFO para o mesmo fim demonstra que a autarquia já possui *expertise* acumulada sobre o objeto. Essa experiência prévia dispensa estudos aprofundados de viabilidade, uma vez que as características técnicas, operacionais e os padrões de desempenho esperados já são de conhecimento da Administração.

Somada a essas circunstâncias, existe urgência inerente à realização das eleições dos Conselhos Regionais, previstas para 12 e 18/12/2025. A natureza do evento impõe prazo legal imperativo, não admitindo adiamento ou postergação, sob pena de intervenção do CFO nos CROs, o que justifica a adoção de procedimentos simplificados sem comprometimento da qualidade técnica da contratação.

Importante destacar que o Termo de Referência elaborado incorpora substancialmente os elementos materiais exigidos pelo art. 18, §1º da Lei n. 14.133/2021. O documento apresenta descrição detalhada do objeto, justificativa consistente, especificações técnicas minuciosas, quantitativos estimados, critérios

de aceitação e demais elementos necessários ao adequado planejamento da contratação.

Verifica-se, portanto, observância ao princípio da instrumentalidade das formas, na medida em que a finalidade da norma foi plenamente alcançada. O planejamento adequado restou assegurado por meio do Termo de Referência, ainda que não formalmente estruturado como Estudo Técnico Preliminar autônomo.

Por fim, a opção pela modalidade *on-line* ou presencial constitui decisão dos CROs, na forma do art. 37, § 4º, do Regimento Eleitoral, sendo que 4 (quatro) deles (DF, GO, MG e SP) optaram por tal modalidade, o que exige a contratação de solução tecnológica, considerando a impossibilidade de se prosseguir com a contratada anterior, diante da decisão nos autos n. 1036770-33.2025.4.01.0000.

Nesses termos, resta demonstrada a razoabilidade da dispensa da elaboração do Estudo Técnico Preliminar, sem prejuízo da regularidade e adequação do procedimento licitatório conduzido pela autarquia.